UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BELÉM

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

FACULDADE DE PEDAGOGIA

MARCIA CRISTINA DA SILVA

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR: DILEMAS DIARIAMENTE ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Belém-Pará

2019

MARCIA CRISTINA DA SILVA

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR: DILEMAS DIARIAMENTE ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado pleno em Pedagogia.

Orientadora: Profª. Drª.Maria Celia Barros Virgolino Pinto

Belém-Pará

2019

MARCIA CRISTINA DA SILVA

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR: DILEMAS DIARIAMENTE ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profª. Drª. Maria Celia Barros Virgolino Pinto

Examinador (a): _____

Examinador (a): _____

Conceito: _____ Data da defesa:____/____/____

Belém- Pará

2019

RESUMO

Este artigo discute o preconceito e a discriminação étnico-racial no ambiente escolar, objetivando compreender como as escolas e seus docentes se preparam para o enfrentamento dessa problemática em sala de aula no ensino fundamental. Busca-se compreender as raízes discriminatórias historicamente, a fim de vislumbrar como se desenvolveu o preconceito étnico-racial na sociedade e seus reflexos na escola, assim como as consequências físicas e psicológicas para quem sofre esse tipo de violência. Traz-se ainda uma reflexão sobre a Lei 10.639/03 e as principais dificuldades encaradas pelos docentes para sua implantação, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais em Educação e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Como ajustar o currículo mediante a essas desigualdades raciais?

Palavras-chave: Currículo escolar; Preconceito; Discriminação racial.

ABSTRACT

This article discusses prejudice, and ethnic-racial discrimination in the school environment, aiming to understand how schools and their teachers prepare to face discrimination in the classroom in elementary school. We seek to understand the discriminatory roots historically in order to glimpse how ethnic racial prejudice has developed in society and its reflections in school, as well as the physical and psychological consequences for those who suffer this type of violence. We also reflect on Law 10.639 and the main difficulties faced by teachers in their implementation, in accordance with the National Curricular Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations in Education and for the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture. How to adjust the curriculum through these racial inequalities?

Key words: School curriculum; Preconception; Racial discrimination.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO 6
2 - BREVE HISTÓRICO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL 7
3 - O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL EM AMBIENTES ESCOLARES 9
4 - A ESCOLA COMO PROMOTORA DA VALORIZAÇÃO ÉTNICO-RACIAL 10
5 - AS DIFICULDADES DOS DOCENTES DIANTE DA LEI 10.639/03 11
6 - O CURRÍCULO ESCOLAR MEDIANTE AS DESIGUALDADES RACIAIS 14
7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS 17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 18

1 – INTRODUÇÃO

No Brasil, apesar da miscigenação que compõe a população, o preconceito faz parte do cotidiano da maioria dos brasileiros, ele se manifesta de diversas formas, seja na discriminação religiosa, no preconceito contra as pessoas com deficiência, na discriminação racial entre outros.

Neste cenário, este trabalho tem por objetivo abordar questões voltadas ao racismo como forma de inferiorização e subordinação, ao preconceito e a discriminação étnico-racial existentes no cotidiano escolar, buscando entender como as escolas se preparam para o enfrentamento da discriminação em sala de aula no decorrer do ensino fundamental. Bem como os desafios enfrentados pelos docentes no aprimoramento e efetivação do currículo escolar mediante a nossa realidade histórica e cultural.

As problemáticas antepostas, gira em como as escolas e os profissionais da educação se preparam para o enfrentamento à discriminação étnico-racial no ambiente educacional. Levando em consideração o histórico da educação em nosso país e a má formação teórica dos professores ante a realidade difícil por eles enfrentada em sua prática de ensino para a implantação da lei 10.639/03. Baseado nessa afirmativa Oliveira (2006, p. 02) descreve:

> [...] as concepções e leituras iniciais de docentes que, desafiados pela obrigatoriedade da Lei 10.639/03, expressam dilemas acerca de sua formação profissional e tensões teóricas em suas práticas de ensino diante de possíveis conflitos étnico-raciais na escola e na sala de aula.

É importante ressaltar que a escola possui papel fundamental para eliminação da discriminação étnico-racial. Por ser ela um ambiente heterogêneo nas relações, onde circulam pessoas únicas com diferentes valores, ideologias, culturas, vivências e preconceitos, a escola deve promover novos espaços pedagógicos que discutam de forma democrática, a valorização das múltiplas identidades, da cultura africana e ressaltando sua relevante contribuição na construção de nosso país.

A fim de lançar luz sobre nossos questionamentos a respeito da discriminação racial e seus impactos na escola, adotamos como metodologia de pesquisa a análise bibliográfica. Para Severino (2007, p. 122)

> A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. [...].O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes do textos.

A análise bibliográfica permite ao pesquisador a investigação de um tema a partir de dados já pesquisados, não apenas repetindo o que foi dito anteriormente, mas utilizando os dados para a construção de novos conhecimentos, chegando a conclusões pertinentes e novas. Neste sentido Marconi et al (2003) afirmam:

> A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferencias seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas [...] Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Neste sentido, ao debruçarmos sobre os textos que fazem referência ao racismo buscamos não apenas reproduzir o que os autores já revelaram sobre o assunto, mas trazer no bojo do resultado de nossas pesquisas análises pertinentes que ajudem a compreender o preconceito e vislumbrar práticas educativas que possam contribuir para uma sociedade que valorize e respeite as diferenças.

2 - BREVE HISTÓRICO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL

A discriminação de forma geral sempre existiu na sociedade, mas o racismo no modo como conhecemos hoje é um movimento relativamente novo, uma vez que “[...] nos tempos primitivos, até por volta da Idade Média, a discriminação baseava-se em fatores religiosos, políticos, nacionalidade e na linguagem” (SANT’ ANA, 2005, p. 39).

Segundo alguns autores o racismo como ideologia elaborada surge na Europa no século XV, desse modo há uma relação muito próxima entre as formas de dominação e escravidão, a que os negros foram submetidos e a recusa das pessoas pela cor negra.

O racismo, como ideologia elaborada, é fruto da ciência europeia a serviço da dominação sobre a América, Ásia e África. A ideologia racista se manifesta a partir do tráfico escravo, mas adquire o status de teoria após a revolução industrial europeia. (MEMMI *apud* SANT' ANA, 2005).

Neste sentido, podemos entender o racismo como um longo processo histórico que tinha como objetivo principal a geração de riqueza por meio da exploração de mão de obra barata dos povos colonizados. Assim, o modelo escravista trouxe para os negros, marcas que repercutem até hoje em nossa sociedade.

No Brasil, o racismo tem origem no século XVI com a era colonial escravocrata. Os negros eram escravizados e utilizados como mão de obra barata nos engenhos brasileiros. Esse regime escravista segregou os negros organizando a sociedade em duas partes desiguais, de um lado, brancos livres que eram senhores, e do outro, negros escravos que eram seus servos, vistos como uma mercadoria, negando-lhes assim a sua própria humanidade.

A solução encontrada pelos portugueses para continuarem a explorar o Brasil com mão-de-obra escrava foi o tráfico e a escravização de africanos, que eram seres livres em suas terras de origem e que foram trazidos à força, destituídos de sua humanidade por um estatuto que os transformaram em coisas, mercadorias ou objetos comercializáveis pelos traficantes e "máquinas animais" de trabalho necessárias ao desenvolvimento da colônia. A força de trabalho nos engenhos brasileiros, até 1600, era de maioria africana e aumentava na medida em que a indústria açucareira crescia e expandia-se (BOTOSSO, 2012, p.2).

No quadro mundial de abolição da escravatura, o Brasil foi o último país a abolir o trabalho escravo de africanos, apenas no ano de 1888 (HERINGER 2002). Apesar do fim da escravidão "os ex escravos tornaram-se, de maneira geral, marginalizados em relação ao sistema econômico vigente" (*Idem*, 2002, p.58). Desde o fim da escravatura o racismo no Brasil deixou de ter um caráter oficial, se tornando algo velado, mascarando uma realidade preconceituosa e discriminatória das relações sociais em nosso país.

> O Brasil foi muitas vezes percebido como um país sem preconceito racial, onde "negros", "pardos", "amarelos" "índios" e "brancos" convivem harmoniosamente e onde todos são tratados como iguais. Durante muito tempo, esta foi a imagem construída e a visão predominante sobre o caráter tão peculiar das relações raciais no Brasil. Uma ilusão mantida de dentro pelo mito da democracia racial e de fora pelo relato de cientistas estrangeiros que visitavam o país. (LIMA *et al*, 2004, p.233).

3 - O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL EM AMBIENTES ESCOLARES

O Brasil é um país que conta com uma grande diversidade cultural, racial, religiosa o que não significa a inexistência de problemas com as questões étnico-raciais. Na educação, por exemplo, as questões raciais e étnicas foram, por um longo período, silenciadas. Todavia, esse quadro passou por uma nova configuração a partir de 2003, sobretudo com a criação da Lei 10.639/03, que versa sobre o Estudo da História e da Cultura Afro-brasileira. Esta medida fez com que nossa sociedade refletisse sobre a questão racial no contexto escolar.

A luta por ações relacionadas ao racismo e o estudo da cultura e a história afro-brasileira não é recente. Os movimentos negros lutaram intensamente por esta bandeira a partir da década de 1970, quando é marcado um forte movimento sobre a necessidade de medidas que contemplassem os negros e denúncias sobre caso de racismo que se tornaram bandeiras de luta pelo acesso à educação, Segundo Pereira (2015).

O espaço escolar é onde as diferenças sejam elas racial, religiosa e sexual, se evidenciam com mais ênfase, é o local onde acontece boa parte do processo de socialização, construção da identidade individual e coletiva em que os alunos estabelecem relações com a diversidade, logo se torna um espaço propício a tensões de cunho racial.

A escola por ser uma instituição social acaba tornando-se cenário de tensões e disputas, pois motiva a reflexões individuais e coletivas a respeito dos conteúdos ministrados, as compreensões por parte dos alunos por muitas vezes levam a atitudes preconceituosas como, por exemplo, as brincadeiras que fazem referência à cor, cultura ou religião. No cotidiano se “a coisa tá preta” é porque está ruim, “serviço de preto” está ligado a um mau serviço, e cabelo ruim está diretamente ligado a cabelos de afrodescendente, de forma “natural”, usamos essas expressões sem se dar conta da carga negativa que trazem e tentam diminuir aqueles que não são de pele branca. Por que na cantiga de roda “boi da cara preta”, este boi é mau, e pega crianças?

Com tais brincadeiras acabam tornando o alunado negro desapreciado e como consequências, acabam se sentindo inferiores e desvalorizados em decorrência da história dos negros no Brasil, no início da colonização, Zebral (2012) descreve:

> Não que seja na escola a origem de form*as* de discriminação, entretanto, o preconceito corrente na sociedade perpassa por ali. Assim sendo, ele se dá através de apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas sugerindo incapacidade, ridicularizando seus

> traços físicos, a textura dos cabelos, fazendo pouco de suas tradições, religião e cultura (ZEBRAL, 2012, p. 13-14).

4 - A ESCOLA COMO PROMOTORA DA VALORIZAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

A escola como formadora de conhecimentos científicos, é também formadora de cidadãos, tem em sua missão principal a obrigação de proporcionar ambientes salutares de debates positivos, que mostre aos seus alunos a relevante importância do negro para a formação da nossa sociedade, seu trabalho e cultura que são herança de sua pátria mãe: a África, e que estão arraigados no nosso dia-a-dia nos "quatro cantos" de nosso país.

É importante salientar que a escola pode trabalhar este discurso através de ações pedagógicas como oficinas, debates, tendo como principal objetivo promover entre os alunos uma transformação reflexiva para qualquer tratamento preconceituoso, mas para que isso ocorra são necessários educadores qualificados capazes de lidar com questões que envolvam o preconceito étnico-racial. Pereira (2015), afirma que os educadores devem focar em um trabalho pedagógico, no qual, as relações interpessoais sejam privilegiadas, para assim demonstrar ao educando a importância de lidar com as diferenças.

É através também de um processo reflexivo que o profissional buscará superar toda e qualquer forma de discriminação étnico-racial no ambiente escolar, deixando de ser apenas um transmissor de conteúdos, um professor tradicional, baseado somente em conteúdos livrescos para ser tornar um pesquisador, pois com este acréscimo para seu conhecimento, conhecerá melhor os conteúdos escolares e buscará características de desenvolvimento e aprendizagem de seus alunos. "Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra" (BRASIL, 2004, p. 19).

A escola é de suma importância para a construção de uma nova postura referente às relações de discriminação e preconceito, sendo isto possível através do ensino, onde o profissional da educação assume a responsabilidade de implantar o respeito às diferenças existentes em sala de aula. O docente precisa "desnaturalizar o discurso preconceituoso e promover o respeito à diversidade étnico-racial e cultural da sociedade brasileira" (ZEBRAL, 2012, p. 14).

Através da atitude preconceituosa que ocorre em espaços escolares, são acarretados males físicos e psicológicos e por consequência irão acompanhar aqueles alunos por toda vida escolar e no desenvolvimento como sujeito. Por isso é fundamental o apoio não só da escola, mas da família para promover o respeito à diversidade da sociedade brasileira.

Com prudência maior dos profissionais da educação e sua convivência com as diferenças entre os alunos, cabe a ele mediar questões que envolvam a autoestima dos alunos que se sentem de alguma forma estigmatizados pelo preconceito existente.

Neste sentido é de suma importância que os docentes enfatizem as múltiplas identidades e mostrem aos seus alunos que cada uma delas tem uma construção histórica, cultural e social e a escola pode ser um local de interferência na construção dessas identidades.

Gomes (2003), afirma que os ambientes escolares têm papel de interferir no processo de formação das identidades, mostrando que as atitudes podem criar situações negativa e/ou positivas. "O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las" (*Idem*, 2003, p. 172).

Portanto é necessário que a escola tenha um papel de mediar as questões que envolvam o preconceito de modo geral, mas especificamente neste artigo o que diz respeito ao preconceito racial, com o objetivo de construir através das reflexões a importância das relações étnico–racial em ambientes escolares e as diferenças entre os sujeitos.

5 - AS DIFICULDADES DOS DOCENTES DIANTE DA LEI 10.639/03

As concepções docentes diante da aplicação da lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais em Educação e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo escolar se tornam um grande desafio, pois como incluir nos currículos uma nova leitura sobre a África e os afrodescendentes na história da humanidade e suas contribuições na formação e construção da sociedade brasileira, com uma visão positiva e não mais estigmatizada, sobre a história, o passado, a exploração escravista e etc.

Destacando que as diretrizes exigem que os docentes pensem em novas perspectivas em suas práticas de ensino, voltadas as questões multiculturais, que antes não eram tão valorizadas

e exploradas, nesta nova metodologia de ensino é onde encontraremos questões referentes às identidades étnico-raciais e culturais, que são muito significativas na aprendizagem.

O papel do professor através de sua prática de ensino é corrigir injustiças, combater as discriminações e promover a inclusão social na sala de aula, orientando seus alunos como devem agir com as diferenças existentes no ambiente escolar.

Em relação à visão dos docentes significa reformular anos de conhecimentos e concepções apreendidas, enfrentar preconceitos raciais que antes não eram destacados no ensino.

Para muitos docentes principalmente os mais antigos e atuantes na educação o conhecimento sobre relações étnico-raciais parte da experiência, do senso comum, não possuem conhecimento teórico e histórico, muitos ainda não sabem lidar com a questão do racismo, segundo Oliveira (2006, p. 03):

> [...] a grande maioria dos docentes, ao longo de suas carreiras e formação inicial, já acumulara saberes pedagógicos, práticos e étnico-raciais que, em grande parte, são marcados pela ausência de reflexões sistematizadas e pelos estereótipos consubstanciados pelo mito da democracia racial.

Com a implantação e aplicação das diretrizes surge a chance de mudar este cenário na educação, os profissionais da educação serão influenciados a enfrentar os preconceitos que existem além de seus conhecimentos, buscar novas metodologias de ensino. Analisar e rever as práticas de ensino, tudo para garantir uma educação significativa.

Há muitas dificuldades a serem enfrentadas quando se pensa em mudar ou aprimorar a prática de ensino, as péssimas condições de trabalho, por exemplo, muitas vezes não possuem uma estrutura adequada, a falta de recursos, a falta de incentivo à pesquisa, pouco investimento em material didático e as questões de disponibilidades de tempo.

O profissional possui uma grande carga horária a ser cumprida e exigida, sem ter um espaço de tempo suficiente para buscar conhecimento aprimorado, fazer pesquisas e leituras. Todas essas questões geradas levam a uma insatisfação aos profissionais da educação em seu ambiente de trabalho.

> Aqui se revela uma dimensão pedagógica pouco discutida pelos especialistas da questão racial em educação, ou seja, as condições objetivas da docência, aparentemente não relacionadas com a questão racial, mas que interferem na predisposição da grande maioria dos professores, de enfrentarem a discussão. Ora, se

> não há incentivo à pesquisa por parte dos sistemas de ensino, pouco investimento em material didático, pouca valorização da leitura docente e, o que é o pior, uma precariedade de condições de trabalho, como exigir desses profissionais a pesquisa, a leitura ou o investimento com dedicação na formação intercultural e antirracista de seus aluno? Ou como diz uma professora: "os professores, atualmente, têm que entender as várias culturas. Não temos tempo para isso" (OLIVEIRA, 2006, p. 4).

Assim, ficam evidentes as dificuldades enfrentadas pelos docentes mediante a implantação da lei 10.639/03, acarretadas por sentimentos de insatisfação, desprazer e preocupação em relação à mudança de concepções formadas e métodos de ensino já estabelecidos.

Oliveira (2006) mostra que essa nova discursão acerca da Lei 10.639/03 apresenta uma séria crítica, pois para o autor as novas diretrizes acabam dando um caráter problemático a educação, ou seja, há um conflito entre igualdade e diferença contrariando o discurso de educação igualitária.

> Somos todos iguais ou somos todos diferentes? Queremos ser iguais ou queremos ser diferentes? Houve um tempo que a resposta se abrigava segura de si no primeiro termo da disjuntiva. Já faz um quarto de século, porém, que a resposta se deslocou. A começar da segunda metade dos anos 70, passamos a nos ver envoltos numa atmosfera cultural e ideológica inteiramente nova, na qual parece generalizar-se, em ritmo acelerado e perturbador, a consciência de que nós, os humanos, somos diferentes de fato (...). Mas somos também diferentes de direito. É o chamado 'direito à diferença', o direito à diferença cultural, o direito de ser, sendo diferente. The righttobe diferente! como se diz em inglês o direito à diferença. Não queremos mais a igualdade, parece. Ou a queremos menos. Motiva-nos muito mais, em nossas demandas, em nossa conduta, em nossas expectativas de futuro e projetos de vida compartilhada, o direito de sermos pessoal e coletivamente diferentes uns dos outros. (PIERUCCI, apud, OLIVEIRA, 2006, p. 12-3).

Mas é essencial enfatizar que só através da discussão a respeito desta temática fará com que esses docentes possam ter um trabalho pedagógico mais significativo, ou seja, obtendo uma qualidade melhor no ensinar, mostrando aos seus alunos quanto é importante trabalhar essas temáticas antes desvalorizadas e principalmente lutando para combate ao preconceito racial nos ambientes escolares.

Diante das dificuldades encontradas mediante a Lei 10.639/03, ainda é possível "driblar" esses desafios e promover uma educação de qualidade, mostrando aos alunos que é possível cada indivíduo ser diferente do outro, sem que haja discriminação racial, dentro e fora dos ambientes escolares.

Segundo Pereira (2015), no entanto, é indiscutível que a Lei nº 10.639/2003 trouxe benéficos para à população negra, esta ganhou mais visibilidade em diversos segmentos da nossa sociedade. A adoção de ações afirmativas, especialmente, as cotas, são exemplos de avanços para enfim ampliar o acesso das pessoas negras à educação. A partir dessa medida desprendeu ações no campo do trabalho e espaços de referência no mercado de trabalho, inclusive nas manifestações culturais.

Ressalta-se que ainda são ações muito pontuais, a população negra necessita de ser reconhecida como agente participante de todo o processo de constituição do Brasil como nação e, sobretudo, nos processos de desenvolvimento de suas riquezas.

6 - O CURRÍCULO ESCOLAR MEDIANTE AS DESIGUALDADES RACIAIS

Os avanços em relação às questões de cunho racial, que agora são obrigatórias às escolas incluírem no currículo através da implantação da lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais, que visa a educação das Relações Étnico-raciais em Educação e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo escolar.

> A Lei 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996), nos seguintes artigos:
>
> Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
>
> § 1ª – O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.
>
> § 2ª – Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.
>
> Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra".

Estes dispositivos legais orientam a formulação de projetos que sejam comprometidos com a formação e o processo de aprendizagem em educação de relações étnico-raciais. A perspectiva é que com esse mecanismo institucional provoque os agentes públicos e setores da sociedade civil criar políticas públicas que visem o combate ao racismo, às discriminações no ambiente escolar e uma plataforma de referências positivas sobre a cultura afro-brasileira.

O currículo escolar possui um papel essencial na formação e construção do conhecimento, neste momento fazendo referência às relações étnico-raciais presentes no dia a dia dos alunos e dos docentes, onde são atribuídas questões voltadas pelo combate ao preconceito em sala de aula e em outros ambientes não escolares.

É essencial para o combate ao preconceito nos ambientes escolares iniciar-se pelo currículo, mas como ajustar esse currículo para modificar as visões já determinadas sobre o racismo?

Segundo Onofre (2008, p. 104), "Uma educação antirracista prima pelo respeito à diferença, à diversidade", ou seja, a educação é o melhor caminho para ensinar ética, respeito e principalmente evidenciar que cada sujeito tem uma identidade específica, cultura que carregam e com ela algumas diferenças peculiares com relação aos demais, assim reforçando o combate ao preconceito.

A escola também pode facilitar o ajuste do currículo para garantir que questões étnico-raciais sejam abordadas em outra perspectiva, não apenas em datas comemorativas que simbolizam como, por exemplo: a libertação dos escravos, o dia da consciência negra, entre outros, como ainda hoje é feito em muitas escolas.

É necessário abrir discursões sobre essa temática mencionada acima e a implantação desses conteúdos ao currículo da escola, mesmo enfrentando alguns desafios, porém é fato dizer que um grupo dominante seleciona o currículo, ou seja, os saberes a serem ministrados.

> Numa visão crítica, podemos afirmar que as práticas curriculares reproduzem o saber de um grupo dominante que manipula o conhecimento e os saberes com base na afirmação de uma hegemonia racional que coloca em desvantagem as minorias desprivilegiadas dos bens culturais. (ONOFRE, 2008. p.106).

Contudo, a importância das culturas minoritárias é de certa forma silenciada por não possuírem poder de influência sobre o currículo, segundo citação:

> As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder continuam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação (SANTOMÉ, *apud*, GOMES, 2012, p. 104).

Dentro deste ponto de vista podemos salientar a história de luta da população negra no Brasil, com os difíceis processos de educação, onde antes eram invisibilizados pelos currículos

escolares, pois se trabalhava apenas com a história dos negros relacionados à chegada dos portugueses, a escravidão e a abolição, não ficando enfatizado e ressaltado a importância da luta, da cultura desse povo e quais os benefícios que essa história traria para as crianças em sala de aula, através da reflexão e da formação social e cultural.

Segundo Gomes (2012), com a implantação da lei 10.639/03, surge uma mudança cultural no campo curricular e epistemológico, não referente ao acréscimo de disciplinas e novos conteúdos e sim uma transformação que poderá romper com a discriminação racial, colocando no currículo vozes e histórias antes silenciadas, por não fazerem diferença na construção de nossa sociedade. Conforme a autora:

> Neste sentido, a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação antirracista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legitimo o "falar" sobre a questão afro-brasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um "outro", conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. E nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências (GOMES, 2012, p. 105).

A autora ainda destaca sobre o direito das diversas culturas em relação ao currículo, "[...] as diferentes culturas e os sujeitos que as produzem devem ter o direito de dialogar e interferir na produção de novos projetos curriculares, educativos e de sociedade" (GOMES, 2012, p. 105).

Continuando na questão do currículo a autora citada acima, nos mostra que ainda há algumas preocupações mediante a obrigatoriedade do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nos currículos das escolas, pois para ela é necessário não ver essa mudança como apenas mais conteúdo a serem ministrados, mas se trata de uma mudança estrutural, epistemológica e política.

É importante também citar que os docentes precisam de cuidado na hora de ministrar as aulas, pois poderá, sem querer, passar os conhecimentos de uma visão errônea, ou seja, acabam transformando o discurso em mais uma disciplina a ser estudada. Neste sentido a autora escreve: "Trata-se de uma (re)construção histórica alternativa e emancipatória, que procure construir uma história outra que se oponha à perspectiva eurocêntrica dominante". (GOMES, 2012, p.107).

Neste sentido o currículo é uma peça chave na produção do conhecimento igualitário, objetivando sempre a formulação justa, assim como na transmissão do discurso do preconceito em ambientes escolares, é essencial motivar os alunos para terem reflexões acerca desta temática.

7 - **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Falar sobre o preconceito racial ainda é uma temática abordada com muita cautela, haja vista que envolve não só um sujeito, mas o coletivo, tradições, culturas, rituais que acabam sendo estereotipadas de uma forma negativa.

Hoje, o discurso mudou, pois através da aprovação da Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais em Educação e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana está havendo um olhar mais cauteloso para que essa conquista não seja apenas outro conteúdo ou disciplina nova, o verdadeiro motivo é formar sujeitos justos, sem preconceitos, formando-os para a vida.

Ainda há muitos desafios a serem superados, o currículo precisa ser trabalhado em uma perspectiva igualitária, onde negros e brancos tenham as mesmas oportunidades sem que a cor, religião ou cultura os subjuguem.

Por fim é necessária uma luta diária na questão do combate ao preconceito racial em ambientes escolares, pois a escola é o local adequado para essas reflexões, mesmo com as dificuldades dos professores mediantes a essa temática, haja vista que os docentes apresentam a função de mediar essas conversas, buscando sempre o sucesso na luta contra o preconceito.

> As pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação, antes os desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola. Da mesma forma, podem aprender a ser ou tornar-se preconceituosos e discriminadores em relação a povos e nações (LOPES, 2005, p. 188).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTOSSO, Tatiana Cavalcante de Oliveira. **Racismo no Brasil**. São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2013/03/Tatiana-Botosso.pdf. Acesso em: 12/01/2018.

BRASIL.**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília**: DF, Outubro, 2004, p.1-36.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-82, Jan/Jun. 2003.

_____. **Relações Étinco-Raciais, educação e descolonização dos currículos.** Currículo sem fronteiras, v. 12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr. 2012.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18(Suplemento):57-65, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csp/v18s0/13793.pdf. Acesso em: 12/01/2018.

LIMA, Marcus; VALA, Jorge. **Racismo e democracia racial no brasil.** Percursos da Investigllfiio em Psicologia Social e Organiztu; iornal, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 233-253.

LOPES, Vera Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação: procedimentos didático-pedagógicos e a conquista de novos comportamentos. IN: KABENGELE, Munanga. **Superando o Racismo na Escola.** Brasília:Secad, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india Acesso: 20/01/2018.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Concepções docentes sobre as relações étnico-raciais em educação** e a lei 10.639/03, GT: Didática/ n.04, p. 1-17, 2006.

ONOFRE, Joelson Alves. **Repensando a questão curricular: caminho para uma educação antirracista**. Praxe educacional, Vitória da Conquista, v.04, n.4, p. 103-122, Jan/Jun, 2008.

PEREIRA, Andreza Rodrigues. **Relações Étinico-Raciais no ambiente escolar e a valorização do estudo de direitos humanos.** Especialização em educação – Instituto de Psicologia e Pós-Graduação, Universidade de Brasília, 2015.

SANT' ANA, Antônio Olímpio. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. IN: KABENGELE, Munanga. **Superando o Racismo na Escola.** Brasília: Secad, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.**23ª ed. rev. e atual.São Paulo: Cortez, 2007.

ZEBRAL, Deliane Fernandes. **Rompendo barreiras do preconceito racial no ambiente escolar.** Ouro Preto, 2012.